

Editorial

Acesso e uso de tecnologias digitais na educação em tempos de Pandemia

Caras (os) leitoras (es),

Vivenciamos, neste ano de 2020, no contexto de Pandemia e isolamento social, a busca e uso de tecnologias digitais em um cenário de ensino remoto emergencial. A demanda é urgente e a formação adequada junto ao investimento necessário são escassos. A situação emergencial exige das instituições de educação formal a organização de ações que vão ao encontro de respostas para o contexto educacional. O planejamento ocorre em espaço de tempo restrito, há pressão para a volta às aulas dentro de uma nova realidade. As questões que surgem, sobretudo no ensino público são relativas ao acesso aos equipamentos e à rede. As respostas precisam ser rápidas e objetivas, mas nem sempre são. Professores se desdobram em ações de ensino para as quais não foram formados, utilizam tecnologias digitais antes desconhecidas e investem seu próprio dinheiro na compra de equipamentos, de modo a responder prontamente com soluções viáveis para manutenção da educação. São necessários, também, aos alunos, o acesso a essas tecnologias digitais e o que se presencia é o não acesso por parte desse público. Desse modo, somos confrontados com o impasse das diferenças econômicas e sociais do nosso país. As múltiplas realidades se afloram e as diferenças se intensificam.

Estamos diante do ensino remoto emergencial, diretamente relacionado ao uso de tecnologia digital e também analógica. Em sua grande maioria, estamos utilizando de plataformas já disponíveis, algumas já elaboradas tendo em vista situações de ensino e outras não. Docentes e discentes buscam alternativas, constroem estratégias a fim de alcançar os objetivos educacionais e garantir acesso ao conhecimento, ao maior número de sujeitos, que não podem ser excluídos da escola.

O Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana e o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/UEMG tem trabalhado de forma compartilhada, professores e alunos integram ações que buscam viabilizar o ensino remoto. Mesmo no contexto de incertezas, de confrontos à educação por parte do poder público e da sociedade civil, nosso compromisso por uma educação pública, gratuita e de qualidade faz parte de uma luta incassável e diária. Nessa direção, publicamos mais um número de nossa Revista.

Neste número, que aqui se apresenta, iniciamos com textos, advindos de pesquisas bibliográfica, documental e de campo que problematizam o uso das tecnológicas digitais nos processos educacionais.

Assim, Juliana Corrêa Schwarz, Ivan Carlos Cicarello Junior, Denise de Camargo e Paula Maria Ferreira de Faria, no artigo *Ensino superior: cognição e o afeto do aluno em tempos digitais*, preocupados com uso da tecnologia e o protagonismo discente apresentam uma reflexão sobre como as tecnologias e as metodologias ativas de aprendizagem têm sido utilizadas para despertar a motivação e o interesse dos

universitários no seu processo educacional. Destacam possibilidades de práticas inovadoras em contraponto ao ensino tradicional.

Na mesma direção, Kátia Cristina Sommer Schmidt, Luiz Martins Junior, Jordelina Beatriz Anacleto Voos e Julice Dias apresentam o texto *Letramento digital: reflexões sobre uma prática docente no estágio curricular supervisionado*, resultado de práticas docentes desenvolvidas no interior do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia de uma universidade comunitária do Estado de Santa Catarina/SC. Os autores enfatizam que, na experiência analisada, é possível identificar o potencial do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto da sala de aula.

Também, na perspectiva do uso de tecnologias, Mariana Aparecida Toledo Lima e Silvana Claudia Santos escrevem o texto *Tecnologias digitais e trabalhos em grupo: relações produzidas por estudantes de licenciatura*. Fica evidente, nas perspectivas de estudantes de licenciaturas que a utilização de tecnologias digitais pode auxiliar na metodologia de trabalhos em grupo, pois o acesso a esses meios permite diversas oportunidades de interação e comunicação.

Ainda sobre o Ensino Superior, o artigo *A ampliação do acesso ao ensino superior e as condições oferecidas para o processo formativo: os Institutos Federais brasileiros em análise*, de Sabrina Olimpio Caldas de Castro, Débora Gonzaga Martin, Nuno Felizardo Júnior, Valter Machado da Fonseca e Fernanda Maria de Almeida, apresentam estudo acerca de Institutos Federais, na perspectiva de política pública para ampliação do acesso ao ensino superior. A análise demonstra aumento de vagas ao ensino superior público e destaca a contribuição positiva destas instituições de ensino.

Direcionando o debate para a Educação Básica, os autores Bruna Ercoles da Silva, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Ricardo Fernandes Pátaro discutem a Educação Infantil e o trabalho docente, no texto *Trabalho pedagógico com sentimentos em uma instituição de acolhimento infantil*, apresentam pesquisa que discute a necessidade de um trabalho pedagógico em instituições de acolhimento infantil. Fica evidente que a instituição de acolhimento é também um espaço educativo, que necessita da atuação de pedagogas e pedagogos com formação adequada para o trabalho.

Sobre o debate em torno das políticas públicas educacionais, apresentamos o texto *Educação integral na era de políticas de resultado e o mal-estar dos coordenadores pedagógicos*, de Sanny Silva da Rosa e Maria Isabel Padovan. As autoras nos apresentam embates diante de políticas de educação integral. Discutem práticas de trabalho limitantes, dentro de políticas que são regidas por resultados, por uma lógica competitiva e em modelos gerencialistas. Para as autoras, romper com essa lógica pressupõe refletir sobre o sentido das ações formativas propostas por essas políticas.

Ainda acerca da discussão de políticas públicas, os autores André Dell'Isola Denardi e Bruno Lazzarotti Diniz Costa compartilham conosco o artigo *A influência do poder legislativo no planejamento das políticas públicas de educação no Estado de Minas Gerais*. O texto traz importante contribuição ao analisar o papel da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na elaboração e nas discussões do mais recente Plano Estadual de Educação. Para tal identificam grupos sociais na materialização do Plano a fim de entenderem a influência do Poder Legislativo na implementação e no debate acerca de políticas nesses moldes.

Buscando complementar a discussão sobre políticas públicas educacionais, apresentamos por meio do artigo *As viagens pedagógicas do jovem Anísio Teixeira à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927) e sua inclinação definitiva para a educação pública*, parte da história do educador e também político Anísio Teixeira. Os autores José Geraldo Pedrosa e Reisl Suelen Oliveira Silva regatam esse momento histórico e atribuem ao educador citado uma inclinação para o trabalho pela educação pública no Brasil, a partir de conhecimentos adquiridos em viagens oportunas.

Problematizando o debate já iniciado, o texto *Linguagem, Poder e Ideologia: Uma Análise Crítica Discursiva do Escola Sem Partido*, do autor Cleverson Ramom Carvalho Silva reflete a preocupação com o Projeto “Escola sem Partido”. Discute-se a chamada “doutrinação ideológica”, supostamente promovida pelas escolas e universidades brasileiras por meio da análise de discurso, por vezes conservador e antidemocrático.

Complementando essa discussão, as autoras Julia Siqueira Rocha, Tatiana Pires Escobar e Ione Ribeiro Valle, por meio do texto *A resistência popular ao ideário da elite intelectual*, discutem acerca das políticas públicas educacionais brasileiras na Gestão Federal 2019-2022. Elucidam falas do ex-ministro da educação Ricardo Vélez Rodrigues e a ideologia elitista e antidemocrática que se instalou no Ministério da Educação no Governo referenciado, em contraponto dos incipientes avanços conquistados nas últimas décadas.

O autor português Ernesto Candeias Martins nos apresenta o texto *Os espaços e a organização escolar num colégio português dos jesuítas (colégio de S. Fiel -1863-1910)*. Se faz importante entender a história de instituições educativas em Portugal para também entendermos nossa história. O texto traz contribuições acerca da organização escolar no contexto apresentado e como são as influências dessa organização na vida discente, em uma perspectiva histórica.

Avançando na multidimensionalidade educativa, o texto *A juvenilização da EJA no Estado do Amapá: uma análise na Escola Estadual Santa Inês em Macapá-AP*, dos autores Socorro Balieiro Machado e Elivaldo Serrão Custódio, discute o insucesso escolar no ensino regular. Esse cenário ocasiona a juvenilização da EJA, que ocorre devido a vários fatores, como por exemplo a necessidade de jovens ingressarem no mercado de trabalho, o desinteresse pela escola, a reprovação constante e os problemas familiares.

Nesse debate, acrescentamos o artigo *A gênese das instituições de ensino filantrópicas e profissionalizantes no antigo Sul de Mato Grosso: episódios da trajetória de Oliva Enciso*. As autoras Adriana Espindola Britez e Jacira Helena do Valle Pereira Assis apresentam um recorte histórico da área educacional ao trazerem a público a trajetória biográfica de Oliva Enciso, uma educadora pioneira na sociedade de Campo Grande (MS). Por ser uma mulher originária da classe trabalhadora rural, o texto também nos apresenta questões do ensino profissionalizante e da consolidação de instituições educativas no movimento de urbanização e desenvolvimento econômico, político e social de Campo Grande.

A edição número 40 da Revista Educação em Foco (UEMG) é finalizada com dois artigos que discutem temas relacionados a gênero e a relações homoafetivas. Esse debate é urgente e necessário tanto

nas políticas públicas educacionais como em outros setores da sociedade. E, nesse sentido, os autores Pedro Paulo Souza Rios, Alfrancio Ferreira Dias e Andre Ricardo Lucas Vieira oferecem uma contribuição ao discutirem sobre as *Relações de gênero no recreio escolar: brinquedos, brincadeiras, construções sociais*. O texto discute questões de gênero a partir de brinquedos e brincadeiras entre meninos e meninas durante o recreio escolar. Esses momentos ultrapassam a questão lúdica e fazem parte de um construto social e histórico que é reproduzido e necessita ser discutido nas práticas pedagógicas.

Assim, fecha-se esta edição com mais uma contribuição ao debate com o artigo *A busca de um currículo multicultural que respeite as diferenças e as famílias homoafetivas*, de Jackelline Fraga Pessanha. A autora analisa a necessidade de currículos escolares que respeitem as diferentes constituições familiares. Junto a isso, realiza importante discussão sobre a necessidade das instituições escolares enfatizarem o respeito à diversidade e incluir filhos de famílias homoafetivas como qualquer outra criança e adolescente no contexto escolar.

Este editorial, além de apresentar os artigos que compõem a edição da Revista, também buscou problematizar acerca do contexto educacional posto neste ano de 2020. As tecnologias digitais se fazem presentes assim como as desigualdades sociais e econômicas. O momento exige políticas públicas de acesso aos meios junto à necessidade de formação docente para uso dos aparatos tecnológicos. Colhe-se o que se plantou ao não garantir, historicamente, os investimentos necessários ao Sistema Educacional Brasileiro. Nós, profissionais da educação não podemos nos furtar a esse debate, independentemente se somos favoráveis ou não à inserção de tecnologias digitais na Educação Básica e no Ensino Superior.

Juliana Cordeiro Soares Branco
agosto/2020.